INFORMATIVO
DEZEMBRO/2016

SEEB IPATINGA
A força do trabalhador de Minas Gerais

Bancários EM AÇÃO

CONTRAF CUT
FETRAFI-MG CUT

Verdades sobre a reestruturação do Banco do Brasil

Entre as medidas está programa de demissão incentivada

O Banco do Brasil anunciou em novembro o plano de reestruturação da instituição com o objetivo de redução de 9,3 mil vagas em sua estrutura e economia de R$ 3,798 bilhões. As ações serão realizadas por meio de programa de demissão incentivada, em que funcionários trocarão seus cargos por benefícios. Mas a história não é bem assim.

Os maiores prejudicados serão os funcionários que trabalham nas unidades que forem fechadas ou naquelas em que vai haver redução de dotação. O banco iniciará um processo de concorrência, no qual esses funcionários terão que procurar um local para manter sua comissão e seu lugar de trabalho. Quem não se realocar em uma vaga de seu interesse, a partir de 01 de fevereiro de 2017, perderá a comissão e ficará recebendo, por 120 dias, o VCP ("esmolão"). Ele também poderá ser removido compulsoriamente para qualquer unidade do banco na cidade. Depois dos 120 dias, receberá o salário de escriturário.

Alguns dizem que a reestruturação dará mais oportunidades de ascensão na carreira. Mas as reestruturações são feitas com o objetivo de baixar custos. Dessa vez, o banco deixou claro que não será possível concorrer a funções superiores. Ainda, quem não achar vaga equivalente e tem mais de 10 anos na comissão precisará entrar na Justiça para requerer a incorporação da comissão ao salário.

Haverá pressão natural sobre as pessoas enquadradas para aderir ao PEAI. Na situação em que o bancário está em uma dependência encerrada, caso não aceite, poderá ficar sem comissão e ter sua média salarial rebaixada significativamente. Nas unidades em que há excedentes (com o novo quadro), os colegas que não estão no público alvo do PEAI poderão acabar estabelecendo pressão para o colega aderir. Então, é uma situação que pode jogar colega contra colega.

As condições de trabalho vão piorar?

A lógica de toda a reestruturação é atender uma demanda igual com um número menor de funcionários. Evidentemente, o assédio moral e os ritmos de trabalho vão aumentar. Além disso a população pobre terá mais dificuldades para ser atendida, pois haverá uma demora ainda maior no atendimento.

A negociação com a CONTRAF/CUT não teve nenhum avanço. A grande exigência foi aumentar o prazo do "esmolão" por mais 4 meses, uma proposta que não enfrenta a reestruturação e não é capaz de lutar pela defesa da comissão. É necessário questionar a nova estrutura em sua totalidade, desenvolvendo um plano de luta, com paralisações e atos, demostrando o repúdio dos funcionários do BB à proposta de reestruturação.

Se é **público,** é para **todos**

Campanha luta por entidades públicas, entre elas BB

O Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas lançou, em junho deste ano, a campanha "Se é público, é para todos", que luta contra o Projeto de Lei do Senado 555, o chamado Estatuto das Estatais ou Lei de Responsabilidade das Estatais. Uma grande mobilização reunindo entidades dos movimentos sindical e social conseguiu tirar do texto do projeto sua essência privatista, que ameaçava empresas públicas em todas as instâncias. O PLS 555, tornado PL 4918 na Câmara, retornou e foi aprovado pelo Senado, sendo então sancionado em 30 de junho de 2016.

A campanha repudia a reestruturação anunciada pelo Banco do Brasil, que vai fechar 402 agências, transformar outras 379 em PAs, extinguir 31 superintendências regionais, aposentar 18 mil bancários e cortar nove mil cargos. Esse caminho, que tem como meta a privatização, pode ser o mesmo a ser adotado para a Caixa Federal e demais empresas públicas.

"O BB é hoje o maior investidor em crédito agrícola, entre outros programas de desenvolvimento social, e a mudança certamente vai afetar os pequenos agricultores, empregados e clientes do banco, com impacto para toda a sociedade", afirma Rita Serrano, coordenadora do comitê. Ela adianta ainda que ações de resistência a essas medidas serão organizadas pelo movimento sindical com o apoio do comitê.

Segundo o presidente do SEEBI, José Carlos Bragança, "as empresas e os serviços públicos estão sob ameaça direta e constante nesse governo, exigindo organização dos trabalhadores para reagir a esse retrocesso, a exemplo da grande mobilização dos bancários durante a campanha nacional deste ano, mostrando às instituições bancárias a força e união da classe", destaca.

MTE constata terceirização ilícita de diversas empresas

Após grande operação (de 2013 a 2014), o Ministério do Trabalho e Emprego responsabilizou Oi, Vivo, Santander, Itaú, NET, Citibank e Bradesco por abusos trabalhistas contra 185 mil pessoas em sete estados. Essas sete gigantes das telecomunicações e do setor financeiro superexploram os trabalhadores que prestam serviços por teleatendimento. Dados coletados, durante a operação, constaram inúmeros exemplos de abusos trabalhistas contra nada menos que 185 mil pessoas.

Foram investigadas as condições de trabalho desses profissionais na Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Contratos, holerites, registros de pontos, entre outros documentos foram analisados, bem como locais de trabalho. O resultado: 932 autos de infração lavrados, R$ 318,6 milhões em multas, R$ 119,7 milhões de dívidas com o FGTS e quase R$ 1,5 bilhão em débitos salariais.

O ponto em comum entre as sete gigantes acusadas de superexploração leva o nome de Contax, empresa de teleatendimento. Todos os abusos trabalhistas apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego foram identificados em sedes da companhia. Formalmente, a Contax é contratada pelas teles e bancos para prestar serviços de teleatendimento. A megaoperação de fiscalização trabalhista apontou, no entanto, que na prática ela funciona simplesmente como intermediadora de mão de obra. A terceirização, portanto, foi considerada ilícita.

As três teles e quatro bancos são acusados por uma série de violações, como exercer forte assédio moral, causar adoecimento massivo, manter funcionário sem registro, pagar um salário menor do que o devido e até impedir ou dificultar a saída do posto de trabalho para satisfação das necessidades fisiológicas.

A equipe de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego definiu a principal violação sofrida pelos operadores de teleatendimento como assédio moral estrutural pelo método de organização e administração por estresse. Ou seja, o assédio praticado não é caso isolado ou individualizado, mas produto de um método de trabalho baseado na exigência de cumprimento de metas inalcançáveis.

Os trabalhadores das sete empresas denunciadas apresentam inúmeros casos de doenças que podem ser consideradas ocupacionais. Muitos operadores disseram à equipe de fiscalização do MTE que muitas vezes o médico do trabalho afirma não poder fornecer atestado. Ao operador, resta continuar a trabalhar mesmo doente e tentar cumprir as metas estabelecidas sem vacilar.

Terceirização nos bancos

A terceirização já assusta quando praticada em atividades-meio (não essenciais para a empresa). Agora o PLC 30 está em discussão no Senado. O projeto prevê regulamentação da terceirização da atividade-meio e expansão para a atividade-fim (essencial para a empresa). Com isso, ações como a do Banco do Brasil em Goiânia, serão aceitas pela Justiça do Trabalho. O banco não repõe funcionários do Cenop Imobiliário desde 2013, contratando funcionários terceirizados para as vagas de quem é demitido ou se aposenta. Neste caso, os terceirizados passam a exercer a função dos funcionários diretos do banco, com remuneração inferior, bem como falta de capacitação e segurança.

De um modo geral, as demais instituições bancárias vêm introduzindo terceirizados nos bancos como corretores para vendas de produtos, corretores de financiamentos de imóveis e veículos, entre outros. Segundo José Carlos Bragança, presidente do SEEBI, toda a sociedade tem que se unir contra a terceirização. "Temos que nos juntar contra a terceirização como um todo. Ela já está prejudicando a classe bancária, mas, se o projeto for aprovado, as empresas estarão à vontade para terceirizar mão de obra, sem se importar com o bem estar e segurança do trabalhador", explica.

Motivos para você se preocupar com a nova lei da terceirização

1) Salários e benefícios devem ser cortados

O salário de trabalhadores terceirizados é 24% menor do que o dos empregados formais, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). No setor bancário, a diferença é ainda maior: eles ganham em média um terço do salário dos contratados.

2) Número de empregos pode cair

Terceirizados trabalham, em média, 3 horas a mais por semana do que contratados diretamente. Com mais gente fazendo jornadas maiores, deve cair o número de vagas em todos os setores.

3) Risco de acidente vai aumentar

Os terceirizados são os empregados que mais sofrem acidentes. A segurança é prejudicada porque companhias de menor porte não têm as mesmas condições tecnológicas e econômicas.

4) Preconceito no trabalho pode crescer

A maior ocorrência de denúncias de discriminação está em setores onde há mais terceirizados.

5) Negociação com patrão ficarámais difícil

Terceirizados que trabalham em um mesmo local têm patrões diferentes e são representados por sindicatos de setores distintos. Essa divisão afeta a capacidade deles pressionarem por benefícios.

6) Casos de trabalho escravo podem se multiplicar

A mão de obra terceirizada é usada para tentar fugir das responsabilidades trabalhistas. Entre 2010 e 2014, cerca de 90% dos trabalhadores resgatados nos dez maiores flagrantes de trabalho escravo contemporâneo eram terceirizados.

7) Maus empregadores sairão impunes

Com a nova lei, ficará mais difícil responsabilizar empregadores que desrespeitam os direitos trabalhistas porque a relação entre a empresa principal e o funcionário terceirizado fica mais distante e difícil de ser comprovada.

8) Haverá mais facilidades para a corrupção

Casos de corrupção como o do bicheiro Carlos Cachoeira e do ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda envolviam a terceirização de serviços públicos. Em diversos casos menores, contratos fraudulentos de terceirização também foram usados para desviar dinheiro do Estado.

9) Estado terá menos arrecadação e mais gasto

Empresas menores pagam menos impostos. Como o trabalho terceirizado transfere funcionários para empresas menores, isso diminuiria a arrecadação do Estado. Ao mesmo tempo, a ampliação da terceirização deve provocar uma sobrecarga adicional ao SUS (Sistema Único de Saúde) e ao INSS. Segundo juízes do TST, isso acontece porque os trabalhadores terceirizados são vítimas de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais com maior frequência, o que gera gastos ao setor público.

Contraf apoia Chapa 1 para representar os empregados da Caixa no Conselho de Administração

A campanha para eleger os representantes dos empregados no Conselho de Administração (CA) da Caixa teve início em novembro. A Contraf-CUT apoia a Chapa 1, que tem como candidatos Rita Serrano (titular), coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, e Orency Francisco (suplente).

As principais propostas da Chapa 1 são o comprometimento com os empregados e a Caixa pública, garantia de transparência e fiscalização, com vista à sustentabilidade, e uma governança que respeite a diversidade e a comunicação com os trabalhadores.

A eleição, entre os dias 12 e 16 de dezembro (primeiro turno), ocorre em um momento delicado de ameaças para a Caixa e seus empregados. Rita Serrano, que é suplente na atual gestão, protagoniza a defesa do banco público desde seu ingresso no movimento sindical, nos anos 1990. Mais recentemente, também como coordenadora do comitê, que nasceu na luta contra o PLS 555, um projeto que objetivava a transformação de todas as empresas públicas brasileiras em sociedades anônimas e cujo teor foi modificado graças às ações das entidades representativas dos trabalhadores articuladas com o comitê.

Para saber mais sobre a eleição, sua importância para os empregados e as propostas dos candidatos da Chapa 1 acesse:

https://www.facebook.com/cachapa1

**Com informações Contraf-CUT*

Mais uma conquista para os bancários

O SEEBI efetivou, em novembro, convênio com a Escola de Música Fermata. Os membros do sindicato terão 15% de desconto nas mensalidades. A escola oferece cursos completos de instrumentos musicais e técnica vocal, com métodos próprios e atividades dinâmicas, proporcionando às crianças, aos jovens e aos adultos formação musical sólida e variada.

De acordo com José Carlos Bragança, presidente do SEEBI, "a instituição de convênios e parcerias é realizada para reforçar as atividades do sindicato junto à classe e proporcionar benefícios para os associados".

O ensino proposto é ministrado por professores qualificados, que dispõem de formação musical e pedagógica. O contato com o estudo da música favorece a expressão, concentração, desenvolve a autonomia, assim como o trabalho em equipe.

A escola conta com:

- Aulas de Violão
- Aulas de Guitarra
- Aulas de Bateria
- Aulas de Contrabaixo
- Aulas de Canto
- Aulas de Teclados

O endereço é Rua Milton Campos, 422b, Cidade Nobre, Ipatinga. Outras informações pelo telefone: (31) 3824-8572.

Que as conquistas alcançadas em 2016, sejam as sementes de uma colheita de sucesso no próximo ano.

A diretoria do Sindicato dos Bancários de Ipatinga e Região deseja a todos um Natal pleno de harmonia e um Ano Novo repleto de união e novas conquistas.

Boas Festas!

INFORMATIVO SEEB IPATINGA A força do trabalhador de Minas Gerais
Bancários EM AÇÃO

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ipatinga e Região

Rua Jacarandá, 612 - Horto - Ipatinga/MG
Telefax: (31) 3824-8572 / 3824-8978
www.bancariosipatinga.com.br

Presidente: José Carlos Bragança
Secretário de Imprensa: Eustáquio Vieira Santos
Diagramação: Ericson A. Rodrigues - Reg. 1947/MG
Jornalista: Ludmila Oliveira - Reg. 19083-MG.
Impressão: Scrithos Gráfica / **Tiragem:** 800